



Senado aprova projetos que combatem crimes de pedofilia

Jefferson Rudy/Agência Senado



Presidente do Senado, Eunício Oliveira, e senador José Agripino (D), durante sessão que aprovou as propostas ontem

Regras para infiltrar policial na internet e para confiscar bens utilizados na exploração sexual de menores e na pornografia infantil seguem para sanção presidencial

O Plenário aprovou ontem dois projetos com o objetivo de proteger crianças e adolescentes contra crimes sexuais. O primeiro regulamenta a infiltração de policiais nas redes sociais em operação contra pedófilos. O segundo determina a perda de bens ou valores utilizados para explorar menores sexualmente.

No caso da infiltração, policiais poderão trabalhar anonimamente nas redes sociais e salas de bate-papo na internet para obter informações e impedir a ação

de pedófilos. A infiltração policial dependerá de autorização judicial, que vai definir os limites para obtenção de provas.

— Sem a possibilidade de investigar na internet, torna-se difícil esclarecer esses crimes e atuar preventivamente — afirmou o relator, Humberto Costa.

Já os bens e valores confiscados por causa de exploração sexual irão para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do estado onde ocorrer o crime. A proposta foi relatada por Fátima Bezerra. 3

MP das Concessões segue para votação da Câmara 7

Documento único para cidadão vai a Plenário 4

Mudança ambiental já está em curso, diz especialista 8

Proposta recalcula o número de deputados 6

Hélio José presidirá a Comissão Senado do Futuro 2



Ana Volpe/Agência Senado

O prédio do Senado será iluminado até sábado com a cor azul para lembrar o Dia Mundial do Autismo, celebrado no dia 2. A iniciativa partiu dos senadores Romário e Paulo Paim.

Ministro garante águas do São Francisco na Paraíba

Mesmo com contingenciamento orçamentário, as obras da transposição de águas do Rio São Francisco estão avançando, garantiu ontem o ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional. Ele afirmou que até o dia 25 as águas vão chegar ao Açude do Boqueirão, resolvendo o problema hídrico de Campina Grande (PB). 5



Roque de Sá/Agência Senado

Lidice da Mata, Fátima Bezerra e o ministro Helder Barbalho durante debate

Receita de manipulação poderá valer em todo o país

Receitas de medicamentos manipulados poderão ter validade nacional, de acordo com projeto de Ana Amélia aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado. O relatório de Vanessa Grazziotin esclarece que as farmácias de manipulação hoje já contam com um rigoroso controle e exigem a receita médica e os documentos do paciente. A proposta segue para a Câmara. 4



Marcos Oliveira/Agência Senado

Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto, que deve seguir para a Câmara

Aprovado novo ISS para agência de turismo

O Plenário aprovou projeto que determina que o Imposto sobre Serviços (ISS) que incide sobre atividades de agências de viagens pode passar a ser cobrado exclusivamente sobre a comissão por venda de produtos turísticos e sobre taxas cobradas do consumidor. 4

Avança fim de prescrição para crime de estupro

A PEC que torna imprescritível o crime de estupro, à semelhança do de racismo, foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça e segue para o Plenário, onde será votada em dois turnos. O autor, Jorge Viana, destacou que apenas 10% dos cerca de 527 mil casos anuais são informados à polícia, segundo o Ipea. 3

Senado do Futuro será presidida por Hélio José

Último colegiado a escolher o comando para o biênio 2017–2018 vai debater projetos sobre meio ambiente e juventude, segundo o novo presidente. Grupo quer discutir textos que afetem consumidor

A COMISSÃO SENADO do Futuro foi instalada ontem e elegeu Hélio José (PMDB-DF) como presidente. O senador informou que temas ligados ao meio ambiente, como a crise hídrica, e à juventude serão tratados no biênio 2017–2018.

— A nossa função é abrir uma ponte entre o presente e o futuro. Olhar os problemas e buscar soluções. Por isso, vou conversar com os senadores e senadoras para que tenhamos um olhar especial sobre algumas questões — explicou.

Wellington Fagundes (PR-MT), que presidiu a comissão no último biênio, foi eleito vice-presidente. O senador ressaltou que a regulamentação do Portal e-Cidadania é



Wellington Fagundes, vice, e Hélio José, presidente, vão comandar o colegiado

um resultado dos trabalhos da comissão. O serviço permite que os cidadãos acompanhem em tempo real os debates nas comissões, podendo enviar sugestões e opiniões. Também é possível propor sugestões

que podem ser transformadas em projetos de lei.

Os integrantes avaliam a possibilidade de ampliar o trabalho para discutir os projetos sobre defesa do consumidor, que hoje estão na CMA.

Eunício recebe setores de aviação e de petróleo e gás

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu representantes do setor de aviação, dos criadores de camarão e da área de petróleo e gás.

Com os primeiros, discutiu o Projeto de Resolução do Senado 55/2016, que unifica a alíquota do ICMS incidente sobre o querosene de aviação.

A proposta prevê a redução

de 25% para 12% do teto do ICMS do querosene de avião, em todos os estados.

Camarão importado

O presidente da Associação Brasileira de Criadores de Camarão, Itamar Rocha, tratou dos riscos da liberação da importação de camarões provenientes de países clas-

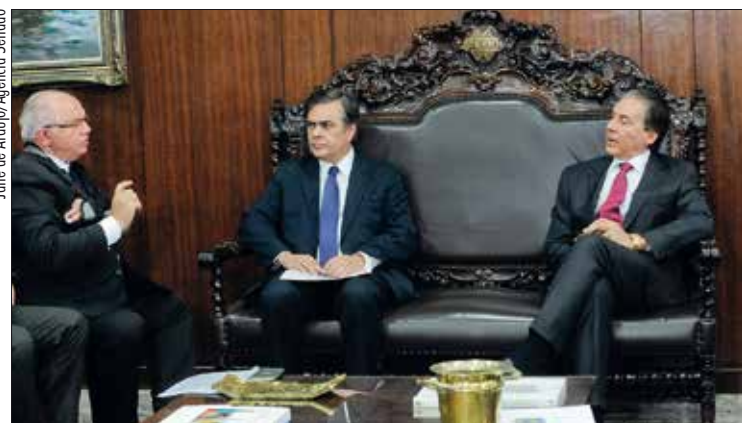
sificados com alto risco de doenças epidemiológicas.

Eunício o aconselhou a buscar entidades técnicas responsáveis pela análise sanitária para confrontar os laudos existentes.

Conteúdo local

Representantes do setor de petróleo e gás tentam impedir que os percentuais de conteúdo local sejam reduzidos na 14ª rodada de licitações de blocos, prevista para setembro.

O conceito de conteúdo local diz respeito à proporção dos investimentos nacionais aplicados. Quando uma plataforma ou refinaria possui um alto índice de conteúdo local, significa que os bens e serviços utilizados são, em grande parte, de origem nacional, e não importados.



Criadores de camarão conversam com Cássio Cunha Lima e Eunício Oliveira

Caiado elogia ações do Ministério da Educação

Ronaldo Caiado (DEM-GO) defendeu ontem as ações do Ministério da Educação na gestão de Michel Temer.

Segundo o senador, o ministro Mendonça Filho revolucionou a educação com a reforma do ensino médio. Caiado também acredita que é preciso reformular o Programa Ciência sem Fronteiras.

— Um jovem que vai fazer um ano de faculdade no exterior custa R\$ 114.752. Qual é o resultado? Quase nenhum. Os alunos não são monitorados, acompanhados — protestou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lídice da Mata cita Dia do Jornalista e defende imprensa

Ao lembrar que amanhã é o Dia do Jornalista, Lídice da Mata (PSB-BA), lamentou que esses profissionais continuem sendo vítimas de violência.

O Brasil, segundo ela, foi o segundo país onde houve o maior número de assassinatos de jornalistas em 2016, perdendo só para o México.

De acordo com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, durante as manifestações entre maio de 2013 e setembro de 2016, 300 jornalistas relataram ter sofrido agressões, ressaltou a senadora.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Raupp pede uso do FGTS para compra de imóveis na planta

O uso do FGTS para compra de imóveis na planta é uma proposta que deve ser considerada pelo governo, disse ontem Valdir Raupp (PMDB-RO).

O senador observou que a lei não permite o uso do FGTS para o pagamento de parcelas de imóveis em construção, o que inviabiliza a aquisição a preços mais acessíveis.

Ele comunicou que apresentará a ideia ao presidente Michel Temer, por considerar que a medida merece ser avaliada pelos técnicos do governo federal.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Comissão Diretora aprova criação da Comenda Zilda Arns

A Comissão Diretora do Senado aprovou ontem a criação da Comenda Zilda Arns para agraciar pessoas ou instituições que desenvolvam, no Brasil, ações e atividades destinadas à proteção da criança e do adolescente.

De acordo com a proposta do senador Fernando Collor (PTC-AL), serão cinco homenageados por ano. Os nomes indicados pelos senadores serão apreciados no Conselho da Comenda Zilda Arns, também composto por parlamentares.

Collor avalia que há uma ligação entre a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) e a personalidade de Zilda Arns Neumann (1934-2010), médica pediatra e sanitarista que ajudou a criar a Pastoral da Criança, a pedido da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Zilda Arns morreu aos 75 anos durante um terremoto em Porto Príncipe, no Haiti, onde estava em missão humanitária para introduzir a Pastoral da Criança naquele país.

Regina Sousa lê nota da CNBB contra a reforma

Regina Sousa (PT-PI) leu, em pronunciamento na terça-feira, nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que expressa a apreensão da CNBB com a reforma da Previdência.

A entidade contesta os números do governo sobre a seguridade social e pede “total envolvimento da sociedade” na discussão parlamentar da reforma. A senadora disse que a nota traz a posição oficial da Igreja Católica a ser lida em todas as missas.



Moreira Mariz/Agência Senado

Paim: contrato por hora trabalhada é “massacre”

Paulo Paim (PT-RS) protestou contra o PLS 218/2016, que cria a modalidade de contrato intermitente, em que o profissional recebe por hora trabalhada. O projeto acabou não sendo examinado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Para Paim, ele é um “massacre” contra os direitos dos trabalhadores, que vão ficar à disposição do empregador e receber por hora. Informou que vai apresentar um relatório alternativo ao texto de Ricardo Ferraço (PSDB-ES).



Moreira Mariz/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos proferidos por senadores no Plenário depois da ordem do dia serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CRE Dois embaixadores

9h O colegiado sabatina indicados para as embaixadas da Eslovênia e de Israel. Depois, elege um membro para a Comissão de Inteligência e pode votar o SCD 7/2016, que institui a Lei de Migração, e mais 3 itens.

PLENÁRIO Campanha da Fraternidade

9h Sessão especial para o lançamento da Campanha da Fraternidade de 2017. Às 11h30, sessão deliberativa.

CDH A Previdência e os policiais

9h30 Audiência debate reforma da Previdência e os efeitos para os profissionais da segurança, notadamente os policiais.

MP 760/2016 Polícia Militar do DF

9h30 Audiência interativa para debater a medida provisória que altera critérios de ingresso em quadros da Polícia Militar do Distrito Federal. Estão convidados os comandantes da PM e do Corpo de Bombeiros do DF.

MP 759/2016 Amazônia Legal

10h Comissão mista faz audiência interativa para discutir a medida provisória que dispõe sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, com a presença de representantes do Ministério das Cidades e da Casa Civil, entre outros.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Aprovado projeto contra pedofilia na internet

Proposto pela CPI da Pedofilia, o texto permite que policiais trabalhem anonimamente na rede de computadores para combater e prevenir abusos contra crianças e adolescentes

O SENADO APROVOU ontem a regulamentação de ações de infiltração de policiais na internet em operação para flagrar pedófilos que aliciam crianças e adolescentes pelas redes sociais. A matéria já havia sido aprovada pelo Senado. Na Câmara, o texto foi aprovado com emendas e retornou para nova análise dos senadores. O PLS 100/2010 segue para sanção presidencial.

Da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, que atuou até 2010, o projeto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e define normas para que policiais possam se infiltrar, anonimamente, nas redes sociais e salas de bate-papo na internet, para obter informações e impedir a ação de pedófilos.

Segundo o texto, a infiltra-

ção policial dependerá de autorização judicial, definindo os limites para obtenção de prova. A infiltração será a pedido do Ministério Público ou do delegado e deverá ser feita em até 720 dias. Somente poderá ocorrer a infiltração se a prova não puder ser obtida por outros meios legais.

— É por meio da internet que grupos comercializam imagens de crianças e adolescentes. Sem a possibilidade de investigar dentro da internet, se torna difícil esclarecer esses crimes e atuar preventivamente — explicou o relator, Humberto Costa (PT-PE).

Entre os crimes contra a dignidade sexual de criança ou adolescente que poderão ser investigados, estão os de produzir cenas de sexo explícito ou pornografia; exibir,



Presidente de CPI que atuou até 2010, Malta defende projeto ao lado de Moka

oferecer, vender ou comprar essas cenas; simular a participação de crianças nesses tipos de cenas por meio de adulteração ou montagem; ou assediar criança com o fim de praticar ato libidinoso com ela.

Os senadores aprovaram o texto com duas emendas. Uma

delas busca proteger policiais infiltrados. A emenda acrescenta um crime (invasão de computadores com violação de mecanismos de segurança) ao rol dos que podem ser investigados por policiais infiltrados sem que esses sejam acusados de cometer crime

por ocultar sua identidade. A outra emenda substituiu a expressão “liberdade sexual” por “dignidade sexual”, considerada mais ampla.

Magno Malta (PR-ES), que presidiu a CPI da Pedofilia, disse que as proposições que nasceram na comissão contribuem para que o Brasil tenha legislação avançada no combate a esse tipo de crime.

A aprovação foi comemorada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Ana Amélia (PP-RS). Para Vanessa, a internet facilita esse tipo de crime:

— A internet faz com que cresça de forma assustadora essa violência praticada contra crianças e adolescentes. É importante termos a presença de investigadores infiltrados na rede para que detectem os pedófilos — afirmou.

Vai a sanção perda de bens usados em exploração sexual de menores

O Plenário aprovou ontem projeto que determina a perda de valores ou bens utilizados na exploração sexual de crianças e adolescentes.

Segundo o texto — um substitutivo da Câmara (SCD 11/2015) —, o montante será revertido em prol do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do estado onde ocorrer o crime. O projeto vai para sanção presidencial.

A relatora na CDH, Fátima Bezerra (PT-RN), destacou em Plenário, que essa é mais uma medida de proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

— Estamos aumentando a penalidade, estabelecendo a perda de bens e valores. Por exemplo, uma pessoa que usa sua casa para fazer um prostíbulo para exploração sexual de crianças e de adolescentes, uma

vez configurado esse crime, além da prisão, além da multa, se ele for dono daquele imóvel, perderá a casa — explicou.

O projeto original do Senado, PLS 38/2008, do ex-senador Demóstenes Torres, foi remetido à Câmara em 2008. O texto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, que já prevê a cassação da licença de funcionamento do estabelecimento usado na exploração ou pros-

tituição de menores de idade, além de pena de reclusão de quatro a dez anos e multa para o infrator.

Na Câmara, o texto foi modificado para deixar claro que os fundos beneficiados com os recursos sejam os estaduais, e não os municipais ou da União. Ao voltar ao Senado, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) ajustou o texto a exigências legais sobre elaboração de leis.

Acusado por prostituição infantil pode ficar inelegível

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto que torna inelegível o agente público denunciado por prostituição infantil. Com isso, a pessoa fica impedida de assumir qualquer cargo se estiver respondendo judicialmente a imputações de envolvimento direto ou indireto com o crime quando denunciada pelo Ministério Público. O PLS 209/2008 — Complementar, de Cristovam Buarque (PPS-DF), vai a Plenário.

O relator, Magno Malta (PR-ES), se mostrou favorável à iniciativa. Segundo ele, alguém que esteja sendo processado por crime dessa gravidade não possui conduta compatível com a moralidade exigida de candidatos a cargo público eletivo.

O senador destacou que a inelegibilidade somente terá início se o Ministério Público oferecer a denúncia e o Poder Judiciário recebê-la, o que se verifica apenas se a autoridade judicial constatar a presença dos elementos mínimos necessários para a instauração da instrução criminal.

— Penso que é mais um avanço na defesa das crianças, no combate ao abuso, à pedofilia, que é o termo mais conhecido da sociedade brasileira, que se encorajou pelo avanço das nossas leis.

O texto recebeu do relator duas emendas de redação. Outra alteração acrescentou o prazo de inelegibilidade, fixado em oito anos.

PEC que torna imprescritível o crime de estupro segue para o Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC) que torna imprescritível o crime de estupro. O texto (PEC 64/2016) segue para o Plenário, onde terá dois turnos de votação.

A iniciativa partiu de Jorge Viana (PT-AC), que destaca estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) segundo o qual o número de estupros tentados ou consumados por ano no Brasil fica em torno de 527 mil, mas apenas 10% são informados à polícia.

— A coragem para denunciar

um estuprador pode demorar anos. Diante desse quadro, propomos a imprescritibilidade — argumenta Viana, dizendo que a medida evitará que

estupradores fiquem impunes.

A relatora, Simone Tebet (PMDB-MS), concordou com o autor. Segundo ela, por onde quer que se analise o crime de

estupro, a questão do lapso temporal está sempre presente. “É esse lapso de tempo que fertiliza a impunidade, e é essa impunidade que se pretende combater ao tornar o estupro, como o racismo, um crime imprescritível”, justifica.

Simone afirma ainda que nunca é possível prever a duração do tempo que pode transcorrer entre a violência sofrida e a denúncia, pois isso vai depender da capacidade de reação de cada vítima. “Essa não será nunca uma decisão fácil, pois implicará sempre a exposição pública da sua dor”, argumenta a senadora.



Simone argumenta que vítima pode precisar de tempo para denunciar violência

Senadoras elogiam mobilização das mulheres em caso de assédio

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Rose de Freitas (PMDB-ES) destacaram o desfecho da denúncia de uma funcionária da TV Globo sobre assédio que sofreu do ator José Mayer. A figurinista Suslem Tonani relatou em carta sofrer episódios de assédio há meses.

Vanessa destacou mobiliza-

ção de atrizes e funcionárias da Globo que estamparam a frase “Mexeu com uma, mexeu com todas” em suas roupas.

Rose usou o caso para enfatizar a luta feminina por igualdade. As senadoras em Plenário seguravam placas que traziam a mesma frase de protesto.

Randolfe condena declarações de Jair Bolsonaro em palestra

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) pediu voto de censura do Senado às declarações do deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) feitas em palestra no Rio.

— Ele passou de todos os limites imagináveis — disse o senador, que citou a frase “Eu fui em um quilombo, o menor afrodescendente pe-

sava sete arrobas. Não fazem nada e eu acho que nem para procriadores eles servem”.

Para Randolfe, a afirmação é um atentado à dignidade humana e uma ofensa à diversidade do povo. Cristovam Buarque (PPS-DF) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apoiaram a solicitação.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Comissão também aprovou requerimento de audiências sobre a reforma da Previdência dentro de ciclo de debates

Aprovada validade nacional de receita de manipulação

Após decisão terminativa em comissão, segue para a Câmara projeto autorizando o preparo de remédios por farmácia de estado diferente daquele onde a receita médica ou odontológica foi emitida

PROJETO QUE ATRIBUI validade nacional para receitas médicas e odontológicas de remédios manipulados foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta (PLS 367/2013) de Ana Amélia (PP-RS) recebeu decisão terminativa e deve seguir agora para a Câmara.

Atualmente, há casos em que normas infralegais de controle sanitário impedem a aquisição de medicamentos manipulados (preparados diretamente por estabelecimentos farmacêuticos) em estado da Federação diferente daquele em que a receita foi emitida pelo médico ou dentista. Isso acontece, por exemplo, com remédios que incluem no preparo substâncias sujeitas a controle especial, com venda autorizada apenas mediante a retenção da receita.

Se o projeto se tornar lei, a validade nacional se estenderá, portanto, a receitas para fornecimento de todos os tipos de medicamentos formulados, da mesma forma como acontece com os industrializados.

Segundo a autora, as atuais

restrições atrapalham quem está em tratamento e precisa viajar. Se faltar o remédio, mesmo já tendo uma receita em mão, a pessoa será obrigada a consultar outro médico.

Tratamento

Ana Amélia acrescenta que essa limitação pode acarretar inclusive a interrupção do tratamento medicamentoso, “com o risco de prejuízo irreparável para o paciente”.

Para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o comércio nacional dificultaria o trabalho de controle, pois os formulários de receita passariam a ser impressos pelo próprio profissional responsável pela prescrição do remédio, o que traria maior risco de desvios. No entanto, para a autora e a relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), hoje já existem soluções tecnológicas suficientes para permitir a fiscalização integrada da prescrição e comercialização de medicamentos em qualquer tipo de estabelecimento.

A proposta fora inicialmente rejeitada pela relatora, em

razão da existência de outro projeto (PLS 325/2012), de igual teor, com tramitação mais adiantada na Câmara. Vanessa mudou o voto diante da possibilidade de as duas propostas tramitarem apensadas.

Normas trabalhistas

A comissão adiou o exame de diversos projetos que estavam na pauta do dia, inclusive duas propostas que modificam normas trabalhistas. Um deles é o PLS 218/2016, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que cria a modalidade de contrato intermitente de trabalho. O outro (PLS 411/2016), do ex-senador Deca, permite que o trabalhador divida os seus períodos de férias.

Foi aprovado requerimento para que, dentro do já programado ciclo de debates sobre a reforma trabalhista, sejam realizadas audiências sobre: reforma da Previdência e questões de gênero, especificidades da aposentadoria para trabalhadores rurais e urbanos e critérios para concessão de aposentadoria. A proposta foi de Marta Suplicy (PMDB-SP).

Vai a Plenário projeto que garante plástica nas duas mamas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo ao projeto de lei da Câmara que aperfeiçoa a legislação que obriga a reconstrução mamária gratuita nos casos de mutilação decorrente de tratamento de câncer.

O PLC 5/2016 inova ao assegurar que a plástica seja feita nas duas mamas, mesmo se o tumor estiver restrito a uma, para que se garanta a simetria entre os dois seios.

O substitutivo é de Marta Suplicy (PMDB-SP), que também preside a CAS. A proposta segue a Plenário, para decisão final. Se mantido o substitutivo de Marta, o texto retornará à Câmara para nova análise.

Romário pede a atenção do governo para doenças raras

Os pacientes de doenças raras sofrem com limitações de médicos e especialistas e falta de centros de atendimento especializado, disse Romário (PSB-RJ). Ele cobrou mais visibilidade para o tema dessas enfermidades.

O senador destacou a situação das pessoas com neuromielite óptica, doença que atinge 2 em cada 100 mil pessoas e não tem cura. Romário ressaltou a importância de diagnósticos corretos e de centros de excelência capazes de orientar os procedimentos no Sistema Único de Saúde (SUS).



Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto Costa critica cortes em programas de saúde e educação

Humberto Costa (PT-PE) criticou o corte de recursos feito pelo governo federal em programas nas áreas de educação e saúde. O senador lamentou a extinção do Ciência sem Fronteiras e a redução de repasses para o Prouni e o Fies. Para ele, os cortes no Farmácia Popular prejudicam mais pobres e idosos.

O Mais Médicos, segundo ele, também está sendo reduzido:

— O número de médicos, que tinha chegado a mais de 18 mil em 4 mil municípios em todo o país, diminuiu quase 15% desde o ano passado.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Vai à Câmara novo cálculo do ISS para agências de turismo

O Imposto sobre Serviços (ISS) que incide sobre atividades das agências de viagens pode passar a ser cobrado exclusivamente sobre a comissão recebida pela venda dos produtos turísticos e sobre taxas de serviço cobradas diretamente ao consumidor. É o que determina o PLS 388/2011, aprovado em Plenário ontem e que segue agora para análise da Câmara. Foram 64 votos favoráveis e nenhum voto contrário.

A medida padroniza a cobrança de ISS sobre a venda, por exemplo, de pacotes turísticos compostos de bilhete aéreo e hospedagem. Nesses casos, a remuneração da agência de turismo ocorre na forma de comissão paga pela companhia aérea e pelo hotel.

Ao cobrar o ISS, no entanto, alguns municípios têm considerado como base de cálculo o valor total do pacote turístico, e não apenas a comissão recebida pela venda. O projeto, do ex-senador

Rodrigo Rollemberg, tenta corrigir a distorção.

Para Rollemberg, a diferença de procedimentos observada entre municípios na cobrança do ISS se deve à falta de clareza na legislação. Pelo texto do projeto, ficará explícito na lei que o ISS terá como base de cálculo o valor da comissão e o valor que as agências de turismo agregam ao preço de custo dos serviços turísticos.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) foi o relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ele defendeu a aprovação do texto.

O projeto passou também pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde foi relatada por Davi Alcolumbre (DEM-AP). Ele destacou que a proposta fica restrita aos serviços de intermediação.

Romero Jucá (PMDB-RR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também se manifestaram favoravelmente à proposta.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Anastasia (D) apresenta relatório em reunião presidida por Lasier Martins

Dados de registro civil devem ser reunidos em um só documento

Dados biométricos e civis, como Registro Geral (RG), título de eleitor e o Cadastro de Pessoa Física (CPF), serão concentrados em um único documento: o de Identificação Nacional (DIN). É o que determina o PLC 19/2017, cujo relatório de Antonio Anastasia (PSDB-MG) foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta será agora votada pelo Plenário do Senado, com urgência na tramitação.

De acordo com o projeto encaminhado pelo Executivo, o DIN dispensará a apresentação dos documentos que lhe deram origem ou nele mencionados e será emitido pela Justiça Eleitoral.

O documento será impresso pela Casa da Moeda, terá validade em todo o território nacional e a primeira emissão será gratuita, como ocorre com o RG. Já os documentos emitidos pelas entidades de classe somente serão validados se atenderem os

requisitos de biometria e de fotografia do padrão do DIN.

Pelo texto, o DIN será emitido com base na Identificação Civil Nacional (ICN), criada pelo projeto com o objetivo de juntar informações de identificação do cidadão. A nova base de dados será armazenada e gerida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que garantirá o acesso à União, aos estados, aos municípios e ao Poder Legislativo. A integração da ICN ocorrerá ainda com os registros biométricos das polícias civil e federal.

O projeto ainda prevê a criação de um comitê gestor da ICN, com três representantes do Executivo, três do TSE, um do Senado, outro da Câmara e um do Conselho Nacional de Justiça.

Anastasia ressaltou que há anos vem se discutindo novo modelo de identificação civil que unificaria todos esses documentos. Para ele, a proposta, se convertida em lei, vai facilitar a vida do cidadão.

Água vai chegar a Campina Grande, garante ministro

Em audiência, Helder Barbalho disse que água da transposição do São Francisco chega à cidade paraibana neste mês, levando segurança hídrica à região

O MINISTRO DA Integração Nacional, Helder Barbalho, informou que até o dia 25 as águas da transposição do Rio São Francisco vão chegar ao Açude do Boqueirão, resolvendo o problema hídrico da cidade de Campina Grande, na Paraíba.

Em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), ontem, o ministro disse que, apesar do sentimento de descrença e mesmo com contingenciamento orçamentário, as obras estão avançando e a água está sendo levada à população.

— Primeiro disseram que a água do Eixo Leste não chegaria a Monteiro [PB], mas chegou no mês passado. Depois afirmaram que não chegaria a Campina. Já estamos no rumo do Boqueirão, levando tranquilidade hídrica para a região — destacou.

O ministro negou que o Eixo Norte esteja parado. Segundo ele, houve um problema em um dos três trechos que compõem a obra depois que a empresa Mendes Júnior foi declarada inidônea. No entanto, segundo observou, já está sendo feita nova licitação.

Helder admitiu que há obras complementares aos dois eixos que estão atrasadas. Ele pediu ajuda dos senadores e deputados para garantir emendas do Orçamento aos projetos. Também pediu acompanhamento dos estados, pois muitos trabalhos são de responsabilidade dos governos locais.

A presidente da comissão,

Fátima destaca resultados de audiência pública com Helder Barbalho

Fátima Bezerra (PT-RN) comemorou o resultado da audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional com o ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, promovida ontem. Segundo a senadora, o ministro prometeu que o processo licitatório do Eixo Norte da transposição do Rio São Francisco será finalizado nesta semana, possibilitando a chegada das águas ao Ceará em agosto e no Rio Grande do Norte em dezembro.

— A audiência cumpriu o seu objetivo pela representatividade que teve e nós terminamos a reunião definindo os próximos passos — relatou.



Roque de Sá/Agência Senado

No debate conduzido por Fátima, Helder pediu apoio dos senadores para obras

Fátima Bezerra (PT-RN), informou que uma das emendas orçamentárias da CDR será destinada ao Eixo Norte, com foco no ramal do Apodi, que permitirá levar água a cidades do Rio Grande do Norte.

Revitalização

Dezenas de senadores do Nordeste participaram da reunião, que durou quase cinco horas. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Lídice da Mata (PSB-BA) mostraram-se preocupados com a revitalização do rio e lembraram que, sem a melhoria da qualidade da água, a transposição será inútil.

— O Brasil tem uma dívida histórica com o Velho Chico. Ironicamente, será dando suas águas que o rio vai receber a atenção devida — disse Cássio. Segundo Fátima, o assunto será tema de outra audiência com o ministro para detalhar o Projeto Novo Chico, de revitalização do rio.

Os fundos constitucionais também foram tema da reunião. O ministro informou que para 2017 estão reservados R\$ 40,8 bilhões aos fundos do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). Para 2018, a previsão é de R\$ 42,5 bi.

Para Ronaldo Caiado (DEM-

Otto Alencar pede ações de recuperação da Bacia do Rio São Francisco

Otto Alencar (PSD-BA) voltou a cobrar ações efetivas para a recuperação da Bacia do São Francisco. O senador sugeriu que, na inauguração do Eixo Leste da transposição, sejam fincadas cruzeiras nas margens dos afluentes do rio em protesto pela falta de revitalização.

Ele lamentou esperar medidas governamentais há anos e disse que, enquanto isso, rios considerados perenes estão secando. Ele enumerou algumas soluções simples, como a recuperação das matas ciliares.

— Os senadores do Nordeste só deveriam votar algo de interesse do governo se o governo começasse a revitalização do São Francisco — afirmou.

GO) e Armando Monteiro (PTB-PE), no entanto, o problema não está na quantidade de verba disponível, mas na elevada taxa de juros que afasta interessados e eleva o índice de inadimplência dos que já tomaram dinheiro emprestado.

O ministro informou que já apresentou ao Ministério da Fazenda propostas de redução das taxas, mostrando aos técnicos que os fundos precisam ser atrativos para que gerem interesse. Para investimentos das micros e pequenas empresas do Norte e Nordeste, por exemplo, é pleiteada redução de 8,55% para 5,46%. Para o Centro-Oeste, a queda sugerida é de 9,5% para 8,58%.

José Pimentel (PT-CE) defendeu mobilização dos parlamentares para a redução dos juros. Para isso, propôs que a CDR elabore manifesto, a ser encaminhado ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Fátima informou que será criado um grupo parlamentar para acompanhar as obras do São Francisco. Ela disse ainda que quer definir um calendário de audiências nos estados. A senadora lembrou que o tema segurança hídrica será a política pública a ser acompanhada pela CDR em 2017.

Crise hídrica já prejudica mais de 50 municípios no Espírito Santo, diz Rose

Rose de Freitas (PMDB-ES) informou na terça-feira que o ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, visitará o Espírito Santo nesta semana para averiguar a crise hídrica que atinge diversos municípios.

A visita do ministro e de equipe técnica do ministério foi articulada pela senadora e inclui visita a São Mateus, uma das cidades mais atingidas. Há relatos de que água salinizada estaria saindo das torneiras.

De acordo com a senadora, a crise hídrica já atingiu mais de 50 municípios do estado, prejudicando 130 mil pessoas.



Marcos Moura/Agência Senado

Aprovada recondução de diretor para agência de transportes

Foi aprovada em Plenário ontem a indicação de Marcelo Vinaud Prado para ser reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Foram 51 votos a favor e 7 contrários, além de 2 abstenções. Prado foi sabatinado ontem na Comissão de Infraestrutura (CI), onde sua indicação foi aprovada

por unanimidade.

Na sabatina, ele pediu apoio para recursos e pessoal técnico e qualificado para as agências reguladoras.

Prado é servidor efetivo da ANTT. Já foi assessor técnico da Diretoria-Geral, gerente de fiscalização e superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário. Em 2015, foi empossado diretor da agência.

Prestação de contas de pequeno município deve ser simplificada

Proposta que simplifica a prestação de contas de pequenos municípios foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O chamado Simples Municipal segue ao Plenário.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 77/2015, do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), confere um tratamento diferenciado para os pequenos municípios.

A liberação de recursos e a fiscalização das contas prestadas serão simplificadas. Um dos objetivos é evitar a demora na liberação de verbas e a suspensão de repasses de convênios por conta de trâmites burocráticos.

— A proposta vem ao encontro da ideia do governo de Michel Temer e do Congresso,

que é simplificar procedimentos. Estamos querendo desburocratizar e a PEC vai nessa direção — disse o relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

O relator alterou a redação da PEC para deixar claro que a intenção é adotar um sistema simplificado de prestação de contas para os municípios de menor porte ou para os casos de transferências de pequeno vulto. Por isso, fica proibido o fracionamento de despesas com o intuito de simplificar a liberação dos recursos e a fiscalização das contas que devam ser prestadas.

Inicialmente serão considerados municípios pequenos os com até 15 mil habitantes, quase 60% dos municípios brasileiros.



Waldemir Borreto/Agência Senado

O senador Dalírio Beber, presidente da comissão, e a deputada Erika Kokay

Policiais e bombeiros do DF discutem mudanças na carreira

Representantes do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar e do governo do Distrito Federal participam hoje de audiência pública no Congresso para discutir mudanças na progressão das respectivas carreiras.

A Medida Provisória 760/2016 altera a carreira de oficiais da PM e dos bombeiros, determinando que 50% das vagas sejam ocupadas por antiguidade e os outros 50% por processo seletivo de provas.

A possibilidade já havia sido cogitada na votação da MP 737/2016, mas foi retirada após o compromisso do governo de atender a rein-

dicação em outra medida provisória.

Foram convidados para a audiência interativa o comandante da Polícia Militar do DF, coronel Marcos Antônio Nunes de Oliveira, o comandante do Corpo de Bombeiros do DF, coronel Hamilton Santos Esteves Junior, e um representante da Casa Civil do governo distrital.

A comissão mista que analisa a MP tem como presidente o senador Dalírio Beber (PSDB-SC) e como vice o deputado Alberto Fraga (DEM-DF).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Número de deputados por estado será recalculado com base na população medida pelo IBGE em 2015. O estado que mais vai ganhar vagas é o Pará, quatro. Já o Rio de Janeiro perderá três vagas

Vai a Plenário atualização de bancadas de deputados

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem proposta que altera a representação por estado na Câmara dos Deputados a partir da próxima legislatura (2019-2023). O Projeto de Lei do Senado (PLS) 315/2016, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), tem como base a atualização da população de cada estado feita pelo IBGE em 2015.

Mantendo-se os atuais 513 deputados, o estado que mais aumentará sua representação será o Pará, passando de 17 para 21. Outros estados que vão ter maior número de representantes serão Minas Gerais, que passa de 53 para 55, e Amazonas, de 8 para 10. Bahia, Ceará, Santa Catarina e Rio Grande do Norte receberão mais uma cadeira cada um.

Os estados em que o número de representantes será diminuído são Rio de Janeiro, de



Senadores em reunião na qual foi aprovada atualização das bancadas na Câmara

46 para 43, Rio Grande de Sul, de 31 para 29, Paraíba, de 12 para 10, e Piauí, de 10 para 8. Paraná, Pernambuco e Alagoas perderão uma cadeira cada um. Os outros estados manterão o mesmo número de deputados.

Proporcionalidade

Flexa lembra que a Constituição determina que o número total de deputados federais

e a representação por estado e pelo Distrito Federal serão estabelecidos por lei complementar, de forma proporcional à população. Também determina que, no ano anterior às eleições, devem ser feitos os ajustes necessários, para que nenhuma das unidades da Federação tenha menos de 8 ou mais de 70 deputados.

Para o relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), congelar a representação política na distribuição adequada para a população de 1985 e utilizar essa mesma distribuição nas eleições posteriores, até 2018, implica “conceder maior valor ao voto de brasileiros residentes em alguns estados e menor valor ao voto de outros brasileiros, residentes em outras unidades da Federação”.

A omissão do Congresso Nacional nessa matéria, conforme o relator, atenta contra os direitos e garantias individuais, “consagrados como cláusula pétrea da Constituição”. Anastasia observa ainda que a Constituição determina que “a soberania popular será exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos”.

A proposta, que deverá ser votada pelo Plenário, estabelece que os ajustes nas eleições subsequentes à de 2018 serão feitos com base na atualização demográfica de cada estado e do Distrito Federal, disponibilizada pelo órgão competente, no caso, o IBGE.

Betinho Gomes (PSDB-PE), defende a proposta, apresentada pelos senadores Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Aécio Neves (PSDB-MG). — É urgente que o Brasil faça ajustes no sistema político, porque hoje temos uma farra de criação de partidos. Esta PEC ajudará a inibir essa proliferação de partidos, que muitas vezes não significam nada, só absorvem recursos públicos — disse o deputado.

Segundo ele, hoje existem 28 partidos na Câmara, e mais de 30 legendas pedem registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Lei aprovada em 1995 já tinha criado a cláusula de desempenho partidário, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a matéria inconstitucional em 2006.

(Da Agência Câmara)

PEC da Reforma Política aprovada no Senado recebe parecer pela admissibilidade na Câmara

A proposta de reforma política do Senado recebeu, na terça-feira, parecer pela admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. A PEC 282/2016 (PEC 36/2016 no Senado) veda coligações entre partidos nas eleições para deputado e vereador a partir de 2020 e cria cláusula de desempenho para o funcionamento de legendas.

Pelo texto, nas eleições de 2018, apenas os partidos que obtiverem 2% dos votos válidos em pelo menos 14 estados — com, no mínimo, 2% de votos válidos em cada um deles — terão acesso a recursos do fundo partidário e tempo gratuito no rádio e na televisão, além do direito de funcionar como bancada. A partir de 2022, a cláusula de desempenho subirá para 3% dos votos válidos.

O relator na CCJ, deputado

Requião entregará relatório sobre abuso de autoridade no dia 19

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou para o dia 19 a apresentação de relatório na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre o projeto que define os crimes de abuso de autoridade. Ontem Requião requereu a tramitação conjunta de dois projetos: o PLS 280/2016, de Renan Calheiros (PMDB-AL), e o PLS 85/2017, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Requião observou que o projeto de Randolfe é, na verdade, a proposta do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, entregue ao Congresso. Um dos pontos desse projeto é a eliminação do risco de criminalizar a interpretação do texto legal feita pelo magistrado.

A respeito de questão levantada por Jader Barbalho (PMDB-PA) sobre quem vai julgar os crimes de abuso de autoridade, Requião afirmou que serão os juízes. Se não cair o foro privilegiado, acrescentou, os juízes e promotores serão julgados pelos respectivos conselhos. A propositura da ação é de iniciativa do Ministério Público.

O relator disse que está preparando alteração no texto para permitir a qualquer cidadão ofendido, privadamente, processar também o agente ofensivo.

— A ação não é contra agentes públicos, nem contra juízes, nem contra promotores, é contra o abuso de autoridade — explicou.

Menos de 1% dos réus com foro privilegiado são condenados, afirma Ângela Portela

Ângela Portela (PT-RR) defendeu a aprovação da proposta de emenda constitucional que acaba com o foro privilegiado (PEC 10/2013). Ela disse que menos de 1% dos réus com foro privilegiado são condenados.



Segundo a senadora, a Fundação Getúlio Vargas fez um estudo com números entre 2011 e 2016 e mostrou que, das 404 ações penais em julgamento no STF, 3 resultaram em condenação.

Eduardo Amorim defende reforma tributária para estimular a economia brasileira

Na avaliação de Eduardo Amorim (PSDB-SE), o Brasil não pode mais adiar a reforma tributária. Para ele, reduzir e simplificar a cobrança de impostos é condição necessária para o país estimular a economia.



Amorim lembrou que os brasileiros pagam mais de 90 tipos de tributos e, em relação ao PIB, a carga tributária do Brasil é a maior das Américas e uma das mais elevadas do mundo.

Flexa Ribeiro pede aprovação de PEC que veda filiados a partidos na Justiça Eleitoral

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu a aprovação de proposta apresentada por ele para evitar que pessoas ligadas a partidos sejam designadas para tribunais eleitorais. De acordo com a PEC 4/2017, integrantes da Justiça Eleitoral



não poderão ter tido filiação partidária nos dois anos anteriores à posse no cargo. Segundo ele, são notórios os casos de advogados de partidos que acabam designados para a Justiça Eleitoral.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão aprova MP das Concessões com mudanças

Medida provisória autorizou a prorrogação e a relicitação de contratos dos setores aeroportuário, rodoviário e ferroviário que integram o Programa de Parceria de Investimentos, do governo federal

SENADORES E DEPUTADOS aprovaram ontem relatório favorável à MP das Concessões. A medida provisória (MP 752/2016) foi aprovada na forma de projeto de lei de conversão do relator, o deputado federal Sergio Souza (PMDB-PR), que acatou 14 emendas e fez alterações no texto original do Executivo. A MP segue para o Plenário da Câmara dos Deputados e depois para o Plenário do Senado.

A medida provisória autorizou a prorrogação e a relicitação de contratos de parceria dos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário que fazem parte do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). São objeto da MP concessões feitas nos últimos 12 anos, principalmente de rodovias, ferrovias e aeroportos. Esses contratos poderão ser prorrogados, em alguns casos, por até 30 anos.

O relator afirmou que a MP foi editada com o objetivo de reduzir os custos de transporte da produção agrícola do país, aumentando a competitividade do produto brasileiro no exterior e barateando a comida.

A intenção do governo é

viabilizar novos investimentos no setor de transportes. A prorrogação alcança as concessões em andamento. Já a relicitação será aplicada quando houver problemas na execução dos contratos de parceria.

Condições

De acordo com o texto aprovado, a prorrogação de contratos dependerá de condições como estudo técnico, avaliação prévia da administração pública, consulta popular, análise do Tribunal de Contas da União e cumprimento de metas. Poderá haver prorrogação contratual (após o término do contrato), prorrogação antecipada (antes do fim do contrato) e relicitação (o contrato é extinto e novos contratos são licitados).

A prorrogação contratual poderá ser solicitada pelo concessionário ou pelo poder concedente. Os contratos poderão ser prorrogados uma única vez. A prorrogação antecipada poderá ser requerida nos contratos que estejam entre 50% e 90% do prazo original.

A MP exige a apresentação de estudo técnico que justifique a vantagem das prorrogações

em relação à relicitação e que as prorrogações contratual e antecipada sejam submetidas a consulta pública pelo órgão competente. Poderão ser objeto de relicitação contratos no setor rodoviário, ferroviário e aeroportuário cujas disposições não estejam sendo atendidas ou cujos contratados demonstrem incapacidade de cumprir as obrigações contratuais ou financeiras assumidas.

Entre as mudanças do relator, está a que enfatiza a necessidade de realização de investimentos para aumento da capacidade instalada do setor ferroviário.

Acordos

Outra mudança prevê que os contratos de parceria poderão ser alterados, mediante acordo celebrado entre a administração pública e os contratantes, quando for necessário alterar o valor contratual “em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa ou qualitativa de seu objeto”. Já uma das emendas incorporadas pelo relator permite que os contratos de parceria do setor ferroviário abranjam a construção de novos trechos ou ramais, com a extensão necessária para atender polos geradores de carga.

Também foi aceita sugestão para alterar um trecho da MP para garantir o uso de ferrovias concedidas por terceiros, “garantida a remuneração pela capacidade contratada”.

O presidente da comissão é o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e o vice é o deputado Domingos Sávio (PSDB-MG). O relator-revisor é o senador Wilder Moraes (PP-GO).



Jefferson Rudy/Agência Senado

O presidente da Comissão de Relações Exteriores, Fernando Collor (PTC-AL), recebeu na terça-feira o chanceler Aloysio Nunes Ferreira (E), senador licenciado. A comissão promove na segunda-feira mais um evento do ciclo de debates O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?. O tema do debate será o impacto do governo de Donald Trump nas relações internacionais.

Audiência vai debater inovação e desenvolvimento tecnológico

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) promoverá audiência pública quarta-feira para debater o tema “Desenvolvimento tecnológico e a inovação”. A proposta é do presidente da CCT, Otto Alencar (PSD-BA), que sugeriu que sejam convidados para o debate representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Associação para

Promoção da Excelência do Software Brasileiro e o secretário de Educação da Bahia, o senador licenciado Walter Pinheiro (sem partido-BA).

A pedido do relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), foi retirado de pauta projeto de Romário (PSB-RJ) que autoriza dedução no IR de doações a projetos de pesquisa científica (PLS 758/2015).



Gerardo Magela/Agência Senado

O presidente da comissão, Otto Alencar, é autor do pedido de audiência

Política para expansão da banda larga será avaliada em colegiado

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) escolheu Jorge Viana (PT-AC) como relator da política pública de expansão da banda larga, escolhida para ser avaliada em 2017. O nome de Viana foi sugerido pelo presidente da CCT, Otto Alencar (PSD-BA).

Garantir que todas as escolas e universidades públicas tenham acesso à internet banda larga é uma das prioridades da comissão, disse Otto.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lembrou que existem diversos projetos em análise no Senado que exigem que os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) sejam usados para a expansão da banda larga, em especial em áreas carentes.

— São bilhões de reais nesses fundos setoriais, e nós não conseguimos avançar nisso — lamentou o senador.

Pedido de informação sobre mudança societária na Globo é aprovado

O governo precisará dar informações à Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) sobre decreto que autoriza a transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão outorgada à Globo.

Requerimento de Hélio José (PMDB-DF), aprovado ontem, determina que o Ministério de Ciência e Tecnologia especifique quem são as pessoas físicas ou jurídicas que passaram a participar no capital da

empresa, com comprovação da nacionalidade, e requer a relação de outras outorgas de radiodifusão da Globo Comunicação e Participações S.A.

O decreto, assinado por Michel Temer em junho de 2016, diz respeito a concessões da emissora em cinco cidades (Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Recife). A CCT só analisará o processo após o envio das informações.



Ataídes Oliveira, Sergio Souza e Wilder Moraes na reunião da comissão mista

Wellington pede mais investimento em logística no Norte

Wellington Fagundes (PR-MT) destacou a importância da logística para o desenvolvimento do Norte e para o estado de Mato Grosso, visando ao escoamento da produção e ao volume de cargas transportado.

O senador lamentou a situação da BR-158, que liga o Vale do Araguaia a portos do Pará e do Maranhão. A estrada, afetada pelas chuvas, enfrenta queda de ponte e a interrupção do tráfego na região. Wellington pediu a tomada de medidas emergenciais.

Ele também ressaltou o trabalho das bancadas dos estados do Norte para a integração da região.

Para governo, MP facilita regularizar imóveis em área urbana da União

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 759/2016 promoveu ontem audiência pública para tratar da regularização fundiária urbana em áreas da União. Participaram da audiência representantes do Incra, da Casa Civil da Presidência da República e da Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

A MP definiu novas regras de regularização de imóveis para quem ocupa terreno da União ou particular, de forma já consolidada. Além disso, a medida estabelece critérios de seleção para projetos de reforma agrária, proibindo a participação de servidores públicos, proprietários rurais,

empresários e pessoas que tenham renda familiar mensal superior a três salários mínimos ou mais de meio salário mínimo por pessoa.

Assessor especial da Casa Civil, Renato Vieira disse que a medida vai desburocratizar os processos de regularização e evitar fraudes. O relator da MP, Romero Jucá (PMDB-RR), destacou a importância de fortalecer a produção rural.

— À medida que esses lotes do Incra ou do SPU são regularizados para produtores, principalmente da agricultura familiar, eles servem de lastro para financiamentos que vão alavancar a produção — disse o senador.

Especialistas: mudança ambiental já acontece

Para participantes de debate sobre o Acordo de Paris e os EUA, o mundo busca produzir energia de baixo carbono e as forças da globalização são mais fortes que as nacionalistas

A TRANSFORMAÇÃO RUMO ao mundo de baixo carbono está em marcha, já começou e não vai se modificar, avaliou a secretária-executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças no Clima, Patrícia Espinosa, ontem, na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas.

— Não significa que teremos um processo sem sobressaltos, mas essa é uma tendência claramente notável — disse.

Ela participou de audiência que discutiu a implementação do Acordo de Paris a partir de decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de revogar o Plano Energia Limpa e impulsionar a produção de petróleo, carvão e gás natural naquele país.

— Respeitamos as competências do Congresso americano. No momento adequado vamos nos pronunciar. Ao mesmo tempo, esperamos estabelecer uma relação construtiva, aberta com as autoridades dos Estados Unidos, que são parceiras importantes no processo de implementação do acordo — afirmou.

A secretária-executiva disse que a participação do Brasil foi muito importante para alcançar o Acordo de Paris

e para que o país volte a ter posição de destaque na fase atual, de implementação dos compromissos assumidos.

— Dezesseis meses depois da assinatura, o acordo já foi ratificado por 161 países.

Patrícia pediu que o Brasil possa “prontamente depositar seu instrumento de ratificação da emenda de Doha sobre o segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto.

Multilateralismo

Na avaliação do secretário de Meio Ambiente, Ciência e Energia do Itamaraty, José Antônio Marcondes de Carvalho, o Acordo de Paris é uma resposta internacional da importância do multilateralismo na solução de um problema inadiável, a mudança do clima.

O embaixador apontou três grandes desafios: concluir o processo de regulamentação do Acordo de Paris, finalizar a implementação plena das metas e dos compromissos assumidos pelo Brasil e avaliar quais ajustes serão necessários internamente em termos de prática de governança.

Secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, o ex-deputado Alfredo Sirkis ressaltou que o



Jorge Viana (C) preside debate sobre o Acordo de Paris e a decisão dos Estados Unidos de revogar o Plano Energia Limpa

aumento de um grau na temperatura terrestre, no início da era industrial, vem sendo suficiente para provocar sérias alterações no clima e no ecossistema planetário.

— Imaginem dois graus, que é o objetivo da comunidade internacional. Esse aumento não é matemático, é exponencial, e já é um horizonte absolutamente assustador no período de vida dos nossos netos.

Sirkis disse que o Brasil é responsável por 2,5% das emissões de gases de efeito estufa e reduziu bastante suas emissões. O ex-deputado

considerou “gravíssimo” o corte de 51% no orçamento do Ministério do Meio Ambiente anunciado pelo governo.

— A medida vai prejudicar a retomada do combate ao desmatamento da Amazônia, que subiu para quase 8 mil quilômetros quadrados, com redução de 30% nos últimos três meses.

Incerteza

Representante do Observatório do Clima, que reúne mais de 35 organizações da sociedade civil, André Costa Nahur observou que o mundo

está entrando em uma era de incerteza climática.

O professor titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) Eduardo Viola disse que as forças da globalização econômica e da tecnologia são muito mais profundas que as forças nacionalistas, contrárias à globalização.

O presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, Jorge Viana (PT-AC), comunicou a aprovação do plano de trabalho do colegiado para 2017, que prevê a realização de audiências sobre o tema.

Mudança de Pesca para o Ministério da Indústria é polêmica

A mudança da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura para o Ministério da Indústria gerou divergências durante audiência promovida ontem pela Comissão de Agricultura. A transferência foi decretada pelo governo em 13 de março.

Dalírio Beber (PSDB-SC), que requereu a audiência, propôs um decreto legislativo (PDS 33/2017) para sustar a transferência da secretaria.

— O ideal é manter a secretaria no Ministério da Agricultura, por uma questão de afinidade com a área. O ministério hoje é um órgão de excelência, que detém todo o conhecimento dos processos do agronegócio.

Dário Berger (PMDB-SC) destacou que o setor pes-

queiro é considerado um setor agrícola.

O presidente da Comissão de Aquicultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Eduardo Akifumi Ono, afirmou que a pesca é considerada um setor primário e a indústria, secundário. A mudança no governo federal, segundo



Para Ivo Cassol, mudança da secretaria é uma questão política

ele, pode “desalinhar” a pasta com as secretarias estaduais, que normalmente agrupam a pesca com a agricultura.

Ivo Cassol (PP-RO), presidente da CRA, classificou a mudança da secretaria como uma “questão política” para a acomodação de aliados.

Estrutura

O secretário de Aquicultura e Pesca, Dayvson Franklin de Souza, defendeu a criação de um ministério específico para o setor, mas apontou que a mudança para o Ministério da Indústria pode levar mais estrutura à secretaria.

O deputado Cleber Verde (PRB-MA), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pesca, apontou que a mudança da secretaria pode ser estratégica para a

pesca como indústria e como negócio, diante das possibilidades de ampliação de financiamento para o setor.

— Precisamos sair da condição vexatória de o Brasil ainda precisar importar camarão e peixe.

O presidente da Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores, Walzenir Falcão, cobrou mais estrutura para a secretaria, independentemente de a qual pasta estiver subordinada.

Para Omar Aziz (PSD-AM), o posicionamento da secretaria no Ministério da Indústria pode favorecer a “transversalidade” de ação do estado. Ele sugeriu uma nova audiência com a presença dos ministros da Agricultura, Blairo Maggi, e da Indústria, Marcos Pereira.

Vanessa irá a Manaus debater MP da Suframa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), relatora da MP 757/2016, que substituiu a taxa de administração de serviços da Suframa por duas — a de serviços e a de controle de incentivos fiscais —, informou que irá a Manaus esta semana com integrantes das Comissões da MP, de Infraestrutura (CI) e de Desenvolvimento Regional (CDR) debater as mudanças. A senadora explicou que a substituição reduzirá o recolhimento da indústria e que o aumento a ser pago pelo comércio será corrigido. Ela quer proibir o bloqueio dos recursos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Pedro Chaves lamenta danos da Operação Carne Fraca

Pedro Chaves (PSC-MS) lamentou ontem os danos causados pela Operação Carne Fraca para a economia do país e de Mato Grosso do Sul.

Ele afirmou que só agora as atividades da pecuária estão sendo retomadas.

Essa recuperação é consequência também, segundo o senador, do trabalho de entidades públicas instaladas em Mato Grosso do Sul, que asseguram a qualidade da carne lá produzida. Ele elogiou especialmente o trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).



Jefferson Rudy/Agência Senado

Adiada votação de relatório sobre limites de parque no Pará

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 756/2016 decidiu adiar por mais uma semana a votação do relatório, do deputado José Priante (PMDB-PA). Além de alterar os limites do Parque Nacional do Rio Novo e da Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará, a medida criou a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, a ser administrada pelo ICMBio.

O senador Paulo Rocha (PT-PA) apoiou o adiamento:

— O fato de resolver por medida provisória já é uma situação que não respeitou todo esse processo de debate. E agora também o relatório não pode ser feito a toque de caixa — disse.

A MP prevê ainda a regularização das áreas rurais ocupadas na área de proteção ambiental. Presidente da

comissão, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que o relatório faz justiça à população dos locais atingidos.

— O que nós estamos buscando é manter parte da área de preservação, mas liberar a área que eles estão ocupando para que possam, não desenvolver atividade livre, mas dentro dos limites de uma Flona [floresta nacional], possam trabalhar.